



*Jorge Faal*  
Água Pública - Núcleo Covilhã

## A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUAS DA COVILHÃ

# Património público desbaratado

**Em Abril de 2008, a maioria PSD aprovou a venda de 49% da empresa municipal, Águas da Covilhã, ao agrupamento de empresas AGS/HIDURBE, pertencentes ao grupo SOMAGUE.**

Apesar das fortes implicações económicas e sociais que decorrem da privatização da água e do facto de a maioria camarária nunca ter inscrito esta proposta no seu programa eleitoral - elementos que, só por si, justificariam a realização de um amplo debate público sobre esta opção - a verdade é que todo o processo de decisão decorreu à margem dos cidadãos, dos trabalhadores do sector, da sua estrutura representativa, das associações e dos órgãos autárquicos, em particular da Assembleia Municipal, que apenas foi ouvida depois de concluído o negócio.

### **Democracia a cadeado**

Confrontada com uma forte, determinada e porventura inesperada resistência popular contra a privatização, a maioria social-democrata respondeu de forma prepotente e arrogante, tentando intimidar os que denunciaram as contradições e os contornos suspeitos do processo, de que são exemplo as declarações do presidente da AGS/SOMAGUE, garantindo, meses antes da conclusão do concurso, que a sua empresa era a vencedora.

No dia da sessão da Assembleia Municipal que votou a privatização, os numerosos covilhanenses que acorreram ao local encontraram as portas do edifício semicerradas. Pela primeira vez em três décadas de poder local democrático, vários funcionários controlaram todas as entradas, distribuindo senhas de acesso ao auditório.

Esgotados os 35 lugares sentados destinados ao público, várias dezenas de cidadãos permaneceram no exterior do edifício, demonstrando o seu desejo de assistir e intervir numa sessão que iria pronunciar-se sobre tão importante matéria.

Perante tais circunstâncias anómalas, os eleitos da CDU-PCP/PEV protestaram, propondo que a sessão fosse suspensa e se realizasse noutra local que permitisse uma mais ampla participação dos cidadãos. Contudo, a maioria recusou a proposta, preferindo fechar a democracia a cadeado. Impôs que os trabalhos prosseguissem e votou a privatização contra os cidadãos.

### **Um negócio ruinoso**

A entrega da *Águas da Covilhã* aos «parceiros» privados constitui um negócio ruinoso para a autarquia que terá consequências gravosas para toda a população do concelho. Motivada por um imediatismo puramente financeiro, a maioria camarária decidiu vender a jóia da coroa para encaixar algum dinheiro e assim atenuar o elevado endividamento municipal, acumulado ao longo de anos devido às suas opções erradas.

E de pouco vale o argumento com que tenta iludir a população de que a autarquia mantém a maioria do capital na empresa. Na verdade, como determina o chamado «acordo parassocial» assinado pela Câmara, a gestão executiva dos pelouros administrativo/financeiro e comercial, ou seja o coração da empresa, ficará nas mãos do sócio privado.

Para além disso, ao contrário do que tenta fazer crer, a autarquia perde a capacidade de decisão nas áreas fundamentais, designadamente, na política de preços, investimentos, planos e orçamentos, plano económico-financeiro de longo prazo da empresa.

Nestas como noutras áreas, as decisões passarão a ser tomadas por unanimidade, o que, dito de outro modo, significa que o sócio privado, apesar da sua posição minoritária, terá na prática direito de veto.

Em paralelo, a autarquia anuiu na criação de uma nova empresa municipal (ICOVI), separada da *Águas da Covilhã*, com capitais exclusivamente públicos, que ficará responsável pela manutenção e reabilitação do património, ou seja, pela parte mais onerosa dos antigos serviços municipalizados.

Todavia, a nova entidade não terá pessoal e limitar-se-á a lançar concursos de serviços e obras, os quais, com grande probabilidade, serão arrebatados pelo sócio privado. Ao lucrativo negócio da venda de água, a SOMAGUE poderá assim acrescentar, sem qualquer risco, o apetecível e rentável monopólio das obras.

Mas não é tudo. A partir de 2012, as transferências financeiras do município para a *Águas da Covilhã* terão de assegurar os lucros da empresa, sobrecarregando de forma insustentável os orçamentos autárquicos da responsabilidade de futuros executivos.

Outro dos compromissos refere-se à contracção de um empréstimo ao sócio privado no valor de dois milhões de euros, que o município remunerará à taxa Euribor a seis meses acrescida de uma margem de lucro de dois por cento.

Por último, a controversa privatização prevê como contrapartida da SOMAGUE a transferência para a autarquia de 30 por cento do capital da Águas da Serra, empresa criada por aquele grupo na sequência da alienação do saneamento do concelho efectuada já pela actual maioria.

Em resultado desta estranha operação (ninguém conhece o valor real dos 30 % da empresa), a Câmara torna-se concessionária de si própria e fica enredada em intrincadas ligações com aquele grupo económico.

### **A batalha continua!**

A privatização da *Águas da Covilhã* lesa gravemente o concelho, os munícipes e os trabalhadores da empresa municipal. A batalha em defesa da água pública irá por isso continuar através dos diferentes meios.

Complementando a luta das populações contra a privatização, deu recentemente entrada no tribunal uma acção popular destinada a travar as deliberações camarárias. Independentemente do seu desfecho, uma coisa sabemos: é que a água, bem precioso e vital, não pode ser transformado num lucrativo negócio dos grupos económicos.

**Lisboa, 18 de Outubro de 2008**